

VISTA D'ELVAS E DO FORTE DE SANTA LUZIA.

ELVAS.
3.º

QUANDO a pag. 217 e 257 do precedente volume, por ocasião das nossas gravuras fallámos da cidade d'Elvas, nos assistiu boa vontade de tractar militarmente de tão famosa praça d'armas, mas como o objecto era alheio da nossa profissão, ficámos com os desejos, que satisfazemos agora, offerecendo aos leitores a descripção daquella praça, e que nos foi franqueada pelo Sr. Barreiros, lente da Eschola do Exercito, bem conhecido por seus escriptos e conhecimentos militares, que teve a bondade de nos conceder a permissão de a inserir-mos nas columnas do nosso Jornal.

A praça d'Elvas, não menos celebre pela grande
TOM. IV. JANEIRO 25. — 1840.

extensão e natureza das suas fortificações, que a tornam praça de 1.ª ordem, e a principal do reino, como pela comprovada lealdade dos seus habitantes, e pelo valor que sempre tem desenvolvido nos memoraveis e infructuosos cercos que lhe puzeram os hespanhoes em diversos tempos, está situada proxima a um terço do comprimento da fronteira, contando do S., e a duas leguas de distancia da raia que separa Portugal da Hespanha, ficando justamente na estrada principal, que conduz de um a outro reino. Esta fortaleza deve ser considerada como um dos principaes depositos de aprovisionamentos do exercito que houver de fazer a guerra offensiva ou defensiva á Hespanha, pela provincia do Alemtejo. Acha-se construida em um monte de grande altu-

ra, existente na margem direita do pequeno ribeiro *Cêto*, o qual monte, sendo bastantemente escarpado da parte do N., por onde pende sobre aquelle regato, tem um declivio muito suave para o lado do S. A parte mais alta da praça é occupada por um castello antiquissimo, cercado de muralhas, ainda hoje muito solidas, flanqueadas por torres, e coroadas de ameias.

Ficam-lhe em parte sobranceiras as collinas que a cercam: ao N. pelo monte de *N. S. da Graça*, aonde se construiu o forte do mesmo nome, o qual tem grande *commandamento*, sendo o ponto mais elevado de todos aquelles arredores, distante da praça umas 569 braças. Ao S. ha o oiteiro de *Santa Luzia*, aonde está erigido o forte da mesma denominação, que tambem campeia sobre parte da cidade. Os oiteiros do *Mouro*, do *Paraizo*, do *Sizo*, e da *Mimosa*, que ficam a E., estão submettidos ao fogo das obras situadas para aquelle lado; mas os que demoram para O., taes como o de *S. Pedro*, da *Piedade*, e de *S. Francisco*, que tem algum dominio sobre os terraplenos da praça, acham-se occupados por fortins.

Elvas tem uma fórma bastantemente irregular (*): o polygono da sua fortificação póde considerar-se inscripto em uma curva fechada oblonga, cujo diametro maior, situado parallelamente ao curso do *Cêto*, anda por umas 496 braças, e o menor por 319: o seu perimetro está dividido em 12 frentes de desigual grandeza, e de variadas obras, construidas porrem todas segundo o systema abaluartado.

A praça tem no seu circuito 7 baluartes, 4 meios-baluartes, e 1 redente, que ligados entre si pelas competentes cortinas, constituem as suas 12 frentes. A denominação daquelles baluartes, meios baluartes, e redente, é por sua ordem a seguinte, começando pela ponta de NE., e continuando para a direita: baluarte de *Santa Barbara*, meio baluarte de *S. João da Crujeira*, baluartes da *Porta-velha* e do *Cazarão*, meio baluarte de *S. Domingos*, baluartes da *Praça d'armas* ou da *Parada*, de *Oliveira* ou dos *Morteiros*, e de *S. João de Deus*, redente do *Cascalho*, baluarte da *Conceição*, e meios baluartes do *Trem* e do *Principe*.

Os baluartes do *Cazarão*, da *Praça d'armas*, e de *S. João de Deus* teem cavalleiros, que não só preservam as cortinas contiguas de serem enfiadas pelos tiros das baterias do sitiador, mas que permitem que do alto delles se domine melhor a campanha fronteira.

Entre varias obras exteriores, taes como revelins, contra-guardas, tenalhões, &c., apropriadas ás localidades, distingue-se a obra *Coroa-simples*, situada na frente do baluarte da *Porta-velha*, e que occupa com as suas duas pequenas frentes de fortificação um oiteiro, d'onde o sitiante poderia dominar a praça por aquelle lado.

A parte do recinto da praça que fica voltada para o N. é não só protegida efficazmente pelo forte de *N. S. da Graça*, do qual logo fallaremos, mas até mesmo inatacavel, porque se acha construida no alto da ingreme escarpa denominada *Costa de Villafria*,

(*) Não julguem por isto os menos entendidos, que seja esta circumstancia uma próva da fraqueza das suas fortificações; porque exigindo as regras da arte, que as obras sejam sempre adaptadas ao terreno, seria impossivel faze-las regulares, quando a configuração do mesmo terreno a isso se recusa. A monótona regularidade das fortificações só attesta igual gráu de força, ou de fraqueza, deixando por consequente ao sitiador o vantajoso arbitrio da escolha do ponto ou pontos de ataque, e ao sitiado a incerteza de quaes são esses pontos, e por consequencia a impossibilidade de fazer apropriadas prevenções para os defende.

que pende sobre o *Cêto*: o lado opposto do mesmo recinto é em parte cuberto e protegido pelo forte de *Santa Luzia*, e algumas das suas frentes, que apparentemente parecem fracas, são na realidade muito fortes, porque tendo parte do reparo, a esplanada, e os respectivos fossos abertos em rocha viva, hão-de difficultar extremamente a construcção dos approxes nos logares aonde, mesmo em terreno escavavel e accessivel, elles custam sempre mais vidas.

Tres grandes portas dão entrada para a praça, a saber: a da *Esquina*, que fica a O., a de *Oliveira*, que é a principal, voltada para o S., e a de *S. Vicente*, da parte do NE.: em quasi todas as cortinas do recinto existem portas falsas ou porternas.

Ha grandes cazernas ou quartéis á prova de bomba para uma parte da guarnição, debaixo das cortinas lateraes ao baluarte do *Cazarão*, tendo sido principiadas essas cazernas sob a direcção do tenente-general *Valleré*, no anno de 1767: outras cazernas, com igual objecto, existem por baixo do terrapleno da face esquerda do redente do *Cascalho*, conhecidas vulgarmente pela denominação de *Quartéis das balas*.

Ha tambem na praça um *Trem* ou pequeno Arsenal destinado para a construcção e reparação da maior parte dos objectos do material de artilheria: um *laboratorio pyrotechnico*, no qual se prepara o cartuxame e os artificios de fogo: um *assento* aonde se fabrica o pão para a tropa, e grande numero de armazens e de payoes, que contem os viveres, as munições de guerra, os reparos, viaturas, palamentas, maquinas, &c. A grande cisterna, cuberta de abobada á prova de bomba, e construida debaixo do terrapleno de uma das cortinas da praça, contem grande deposito d'agua, util em tempo de sitio: algumas fontes, existentes fóra da praça, mas a pequena distancia della, taes como a da *Prato*, a do *Rocio da Fonte-nova*, o poço do *Canção*, e a nora da horta de *S. Paulo*, e bem assim varias cisternas e poços de particulares, que ha dentro da cidade, proverão a guarnição deste indispensavel liquido durante o cêrco, logo que o inimigo a tenha privado da agua que conduz a Elvas o aqueducto da *Amoreira*.

O armamento da praça, que tem variado em diversos tempos, era no anno de 1800, de 257 bocas de fogo. A sua guarnição em tempo de sitio deve ser de 6 a 7 mil homens, incluindo 500 a 600 artilheiros, 150 sapadores e mineiros, e 2 ou 3 esquadões de cavallaria. Em tempo de paz é impossivel poderem-se manter as fortificações em bom estado, e fazer-se o serviço com a devida regularidade, sempre que a guarnição constar de menos de 1600 a 2000 homens de todas as armas. Elvas tem sido, desde tempo immemorial, a melhor escola do serviço de guarnição de Portugal (*).

(*) Permitta-se-nos uma breve observação, que vem aqui a proposito. Como tem até hoje esquecido ao governo destinar exclusivamente para o serviço d'artilharia, os corpos da Guarda Nacional organizados nas diferentes praças do reino, em as quaes, sempre em occasião de cêrco ha falta de artilheiros de linha? Esta falta, a do plantio de arvoredos nos terraplenos, estradas cubertas, e esplanadas, que alem de consolidar melhor as terras, e tornar difficil a construcção dos approxes em taes logares, forneceria um preciosissimo recurso para blindagens, plataformas, revestimentos, &c., e a determinação, autorizada pelas côrtes, para que os proprietarios dos predios urbanos existentes nas praças, quando reedificarem os mesmos predios, sejam obrigados a fazer o andar terreo á prova de bomba, munido de chaminé e de cisterna, para que nelle possam estar commodamente ao abrigo do effeito dos projecteis do atacante: a falta destas providencias, diremos, que não exigem despeza alguma da parte do governo, tem-nos sido, e póde continuar a ser-nos muito fatal nas futuras guerras.

MOSTEIRO DA BATALHA.

3.^o

A SACHRISTIA não tem cousa que mereça menção; mas logo immediata está a admiravel casa do capitulo, obra primorosa da architectura, e que enleva a attenção dos professores da arte. «Sendo quadrada, e tendo 340 palmos em ambito, a 85 por cada lanço, é fechada d'abobada de cantaria, sem columna, nem esteio, nem cousa que a sustente, nem mais repuxo da banda de fóra que a companhia do edificio que lhe fica nos lados. Assim está em fórma que a quem põe os olhos no alto engana, e faz parecer, pela grandeza da casa, que se sustenta sem concavo. É fama que ao tempo que se fabricava cahiu duas vezes ao tirar dos simples (1), com damno de officiaes; e elrei, desejando que todavia ficasse a casa sem o desar de columnas em meio, prometeu mercês ao architecto, as quaes o fizeram espertar de sorte que, tornando-a a fechar, afirmou que teria melhor successo; porem ao tirar da madeira dos simples dizem que não quiz elrei arriscar os officiaes, e mandou vir das prisões do reino alguns homens que estavam sentenceados a grandes penas, para que sobre elles cahisse o terceiro damno quando succedesse.»

No meio desta casa estão collocados dois tumulos: o d'elrei D. Affonso 5.^o e sua mulher D. Isabel, e o do principe D. Affonso, filho de D. João 2.^o, e herdeiro da coroa, que morreu cahindo d'um cavallo nas margens do Tejo, junto a Santarem, contando apenas 16 annos d'idade e 7 mezes de casado. — «Em um dos angulos [da casa], no ponto donde nasce um ramo dos arcos que vão formar a abobada, se vê o celebre busto, ou antes corpo inteiro, de escultura, vestido talar, cingida a cabeça com uma touca, e regua na mão, representando ao que parece o mestre que levantou esta estupenda obra. É manifesto que esta estatua não póde ser de Matheus Fernandes, como se tem asseverado sem exame e sem fundamento, segundo a ordem dos tempos e da obra, não póde ser senão de Affonso Domingues, ou de mestre Ouguet [ou Huet], por serem aquelles, debaixo de cuja direcção julgamos haver corrido toda a obra primitiva. É mais crível nos parece que seja do segundo, visto que sendo Affonso Domingues já fallecido em 1402, não é verosimil que então estivesse adiantada a obra do capitulo (2).» Ainda que as vidraças da grande abertura que dá luz á casa tenham pintadas as insignias d'elrei D. Manuel, por serem postas por ordem sua, comtudo não deve dahi inferir-se que a casa do capitulo fosse obra deste monarcha, pelas razões expostas largamente na memoria que deixamos citada: alem de que Fr. Luiz de Sousa diz expressamente: *Nesta casa está depositado elrei D. Affonso 5.^o, neto de quem a fez: que foi elrei D. João 1.^o*

Segue-se o claustro real, obra tambem mandada fazer pelo mesmo augusto fundador, e do mesmo gosto, desempenho, e delicados labores que o frontispicio, de que já fallámos. É quadrado, «e tem por cada lanço 250 palmos, dos quaes vão cubertos 30 ao longo das paredes d'abobada, sobre grandes arcos de pedraria, altos e espaçosos» de architectura gothica, e primorosamente lavrados. N'um dos angulos, proximo ao r-feitorio, está um copioso charfaz (3). O segundo claustro, muito inferior áquelle

em todo o sentido, foi feito em tempo de Affonso 5.^o Não nos demoraremos a tratar das officinas e mais casas, que todas são commodas, vastas, e correspondentes á grandeza e destino da obra. «E [como diz Sousa] para em todos haver disposição, commodidade, limpeza e bom serviço, atravessa todo este edificio por baixo do lageado uma grossa levada d'agua, que, sem dar vista de si, purifica e leva fóra todas as immundicies da casa.»

Passámos portanto a dar noticia da magnifica *capella imperfeita*, assim chamada por estar incompleta.

No corredor que desce do convento para a capella de St.^a Barbara fica por detraz della uma pequena porta, pela qual quem sahe dá logo em outra pouco maior, que no alto tem em relevo a cruz da Ordem de Christo, acompanhada das espheras, insignia d'elrei D. Manuel, com uma tarja e cifra, onde figura como principal a letra E, a primeira do nome *Emmanuel*. Esta porta dá serventia para um pateo descoberto, que fica por detraz da capella-mór da igreja — «e ao justo defronte della mostra uma formosa portada, que se fórma de uns cordões, que começando de baixo sobem ao alto; e em volta, sem fazer signal de capitel, nem outro genero de divisão em nenhuma parte, tornam a descer pela outra até o chão; e começando a fazer com o primeiro que fica mais fóra de todos uma grande abertura de portal, os que se lhe juntam, que são seis, vão recolhendo e apertando a entrada com tal diminuição, que vem a ficar em uma moderada porta. São os cordões todos sete, desiguaes em grossura, como tambem são differentes em feitio; mas todos entalhados de variedade e subtileza de labores tão perfectos, e com tanto primor e mimo obrados, como se fóra na mais facil e obediente madeira, de quantas servem para escultura. . . . Em quatro cordões destes é parte do feitio uma letra interposta a espaços, a qual, escripta com os mesmos caracteres, que tem esculpida, é a seguinte: *Tanyas erey*.» Esta letra, que quer exprimir duas palavras gregas, que significam *buscar, inquirir novas regiões*, é allusiva ao empenho que elrei D. Manuel fazia no descobrimento do Oriente. Entrando-se pela grande portada dá-se com um espaço mui extenso e descoberto, de fórma circular, com sete capellas, todas iguaes e de obra mui perfeita, evidentemente destinadas para jazigos da real familia. As capellas estão acabadas, mas o edificio ficou descoberto, e as paredes estão levantadas até acima da cimalha, ao ponto donde havia de começar a subir a ultima abobada que devia cubrir tudo. Elrei D. Manuel, seu fundador, desviando a attenção para o convento de Belem, que mandou construir, suspendeu os trabalhos da *capella imperfeita*, provavelmente em 1509, resultando ficar a obra incompleta, como hoje se vê.

Temos compilado as noticias mais principaes, e que não deve perder de vista o curioso que visitar o Mosteiro da Batalha: accrescentaremos que este edificio é hoje considerado como monumento nacional, correndo a sua conservação por conta do estado. A sua erecção deu occasião á fundação da pequena villa da Batalha, que talvez não existiria se não tivera existido o Mosteiro: começou a povoação com os operarios empregados nos trabalhos da construcção, e congregou-se e medrou ao abrigo do sumptuoso monumento. Actualmente conta-se na villa e seu termo 1062 fogos, que constituem a freguezia de Santa Cruz. Em varios logares desta encontra-se

(1) Nesta tradição se funda o romance da — Abobada, inserto no 3.^o vol. do Panorama.

(2) Mem. sobre as obras do Mosteiro da Batalha, inserta no tom. X. da collecção d'Acadêm.

(3) No pavimento deste claustro, não longe da casa do

capitulo, está a sepultura de D. Justo, que elrei D. Affonso 5.^o mandou vir d'Italia, encommendando-lhe escrever em latin as chronicas do reino, e que depois foi bispo de Ceuta.

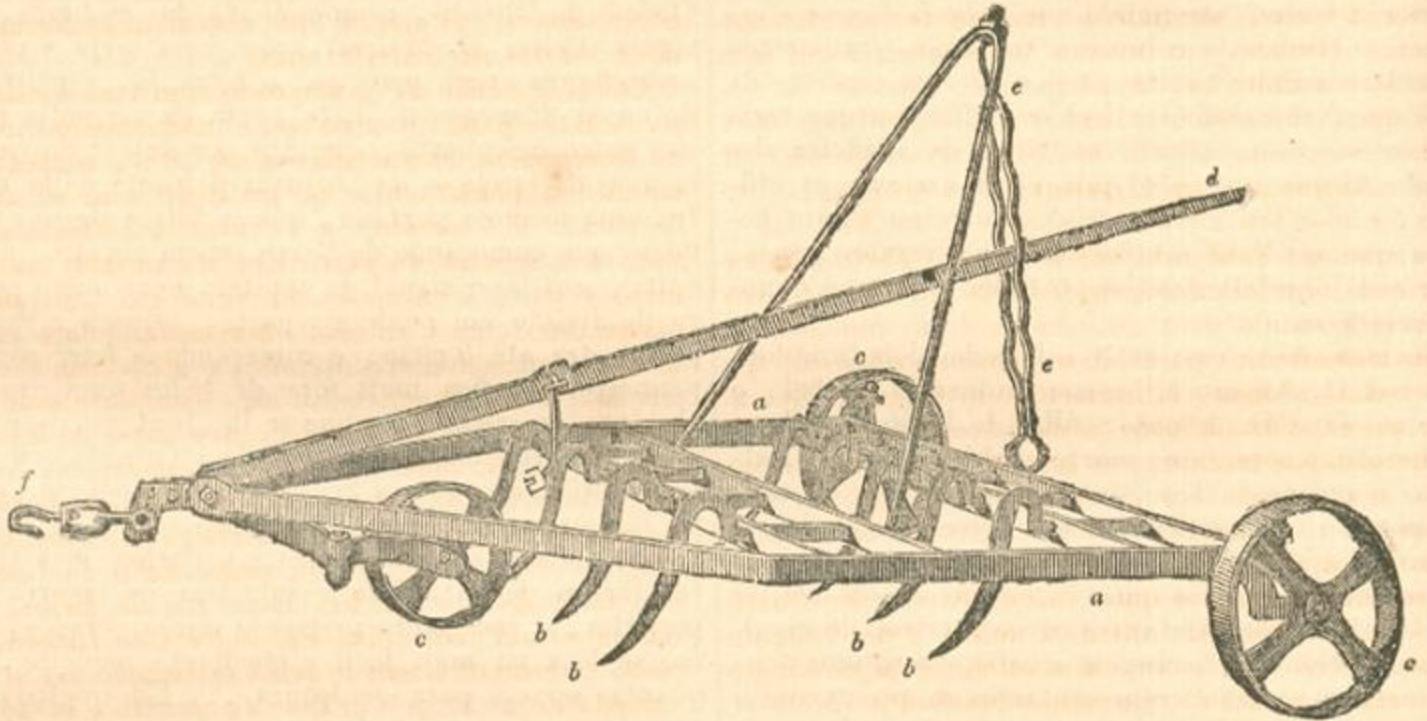
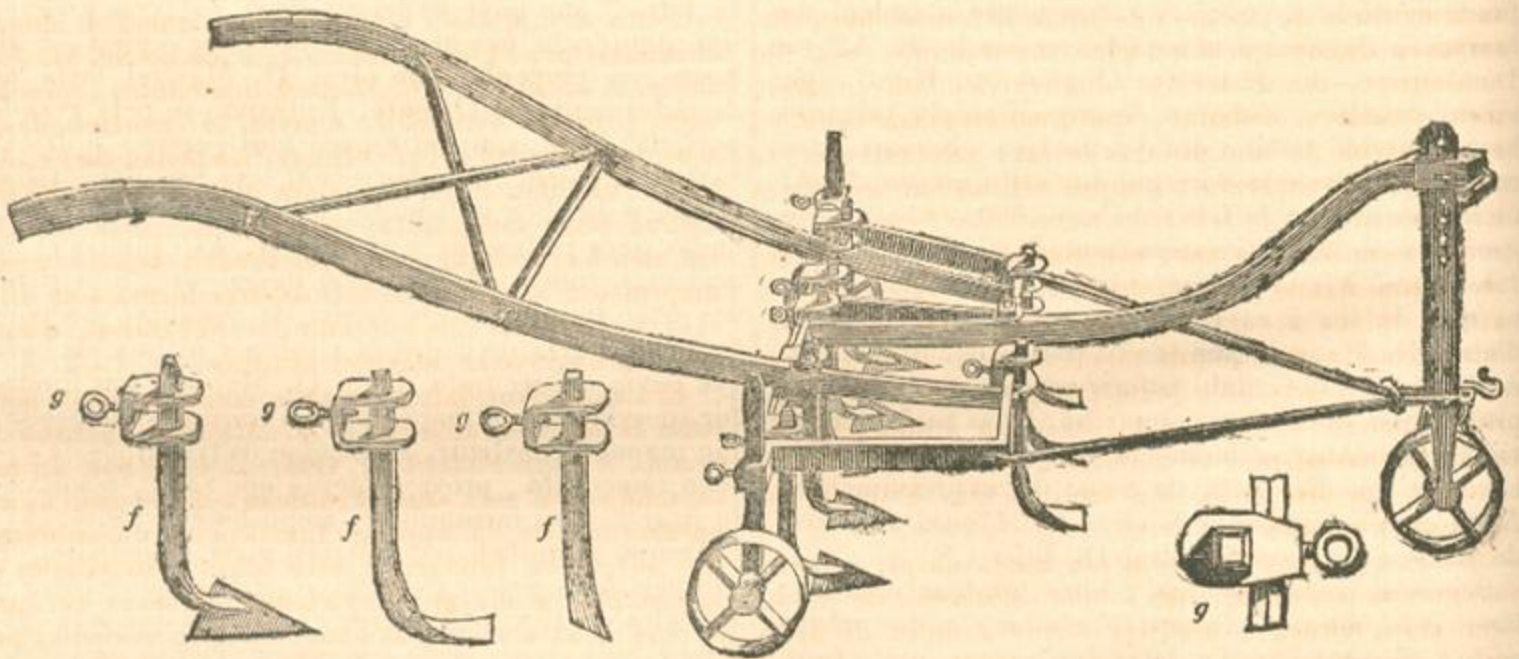
excellente azeviche, que outrora se explorou muito, e foi celebre, com o nome de *obsidiano da Lusitania*. No logar do *Casal-novo* é onde os azevicheiros faziam o seu maior commercio, com o azeviche que extrahiam do sitio que fica entre o dito logar e a *Batalha*. Ignoramos o estado em que se acha esta industria; porem ainda não ha bem um seculo faziam-se e exportavam-se muitos diches e brincos, com o azeviche extrahido deste districto, e de ou-

tros da comarca de Leiria, cujas minas parece que já em 1830 estavam quasi abandonadas, por não se fazerem os trabalhos segundo os preceitos da mineração.

Os ferreiros da aldea da *Jardocira*, tambem no termo da *Batalha*, aproveitam do mesmo sitio que mencionámos, proximo á villa, o carvão ou páu bituminizado, para as suas obras miudas.

INSTRUMENTOS AGRARIOS.

3.º

Fig. 1.^aFig. 2.^a

DOS INSTRUMENTOS destinados para arrancar aservas parasitas, e revolver a terra na profundidade de um palmo, o que melhor serve, o mais approved pelos agricultores intelligentes da Graã-Bretanha, é o que representamos na 1.^a figura. É todo de ferro. A fórma e postura dos dentes (*bbb*), cujas pontas são parallelas ao terreno, facilitam o trabalho; e as hervas arrancadas, subindo pelos dentes, em rasão da curvatura destes, vão depositar-se proximo aos pés dos mesmos, na parte superior do instrumento. Esta operação faz-se rapidamente, levantando ou abaixando o grande braço ou regulador (*d*), que jo-

ga dentro d'uma mola lateral (*ee*), a qual serve para segurar o regulador em differentes alturas. Cada intervallo corresponde a pollegada e meia nos dentes: pelo que se observará que estando o regulador no ultimo intervallo de cima os dentes entram na terra 8 a 9 pollegadas, e quando está no ultimo de baixo ficam fóra da terra na altura de 2 a 3 pollegadas; descendo de um intervallo a outro uma e meia pollegada. Nesta ultima postura as rodas (*cc*) podem mover-se livremente por baixo dos lados (*aa*) do caixilho, permittindo que o instrumento se possa voltar para todos os lados. Os eixos das rodas po-

dem ser elevados ou abaixados por meio de parafusos, o que servirá também para graduar a profundidade segundo se quizer.

Começou a usar-se este instrumento em 1826, em Inglaterra, onde lhe chamam *Finlayson's self-cleaning cultivator or harrow*.

A segunda estampa mostra outro, que tem a mesma applicação que o precedente, e é conhecido pela denominação de *Weir's improved cultivator*. É igualmente todo de ferro: tem oito dentes (*fff*), fixos ás travessas por meio das peças (*g*). A estampa mostra os dentes e as peças, que os seguram, separadamente. As rodas de trás que sustentam o caixilho, e a de diante, que póde manter em maior ou menor altura o timão, regulam a profundidade do trabalho. Os usos destes instrumentos são extirpar hervas, revolver a terra, servindo ao mesmo tempo de encincho, e também em muitos casos abrir regos para semear em linha batatas, legumes, &c.

ACADEMIA DE HISTORIA PORTUGUEZA.

A PRIMEIRA academia que houve em Portugal autorizada por lei, foi a de historia portugueza, instituida no anno de 1720. Antes desta fundação algumas academias particulares se conheciam já, como a *Instantanea*, estabelecida em casa do bispo do Porto, D. Fernão Corrêa de Lacerda, na qual se propunham e tratavam as materias sem estudo previo; a dos *Generosos*, restaurada no anno de 1684 pelos esforços de D. Antonio Alvares da Cunha, trinchante do Sr. D. Pedro 2.^o, e guarda-mór da Torre do Tombo, e outra vez renovada por seus filhos D. Pedro e D. Luiz da Cunha; a dos *Singulares* que celebrava as suas sessões, todos os domingos, em casa do douto D. Francisco Manuel de Mello; a das *Conferencias Eruditas*, que, pelos annos de 1696 a 1699, reunia em seu palacio o conde d'Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, e aonde se juntavam os mais distinctos fidalgos e litteratos para dissertarem sobre questões physicas e moraes; a dos *Anonymos*—dos *Eruditos*—dos *Applicados*, &c. &c.; mas a estas sociedades, que apenas eram reuniões espontaneas de amigos das letras, não escudava a protecção do soberano, sempre valiosa em semelhantes casos.

Uma opinião que nos é summamente injuriosa tem, quasi sem exame, vogado na Europa — a de que somos inimigos das letras e da civilisação: — nós que, devassando as incognitas terras do Oriente, levamos o facho da verdadeira luz a povos que, sem esse arrojado, jámais sairiam das trevas da ignorancia: — nós que precedemos ou acompanhámos outras nações da Europa em utilissimas descobertas e investigações scientificas!

Se essa gente, que tem por moda cuspir injurias sobre a nação portugueza — que se repassa de prazer quando a vitupera e avilta — que campêa de sabia por haver lido algumas obras francezas, e saber de cór e salteada a prosa de Pigault Lebrun, e os versos de Evaristo Parny, revolvesse as chronicas dos nossos historiadores; os tractados dos nossos moralistas; as distinctas composições dos nossos poetas: — se sacudisse o pó em que jazem sepultados e esquecidos mil e mil monumentos, que provam de um modo incontestavel que os nossos maiores possuíam vastissimos conhecimentos das sciencias e letras, talvez se envergonhasse de nos ter julgado tão injusta e superficialmente.

Se outros argumentos não achassemos para justificar-nos, não bastaria a existencia de tantas acade-

mias, creadas por distinctos nobres e litteratos, que com summo aproveitamento as frequentavam, e em cujos peitos já nessas eras germinava o espirito de associação, para respondermos victoriosamente a levianos detractores?

Achava-se em Portugal a republica das letras combatida, como as republicas politicas, pela agitação e incerteza. Experimentavam os eruditos o desamparo da orphandade, o corpo litterario a desgraça de ser acephalo, e a nobreza das sciencias o damno de não ter côrte. Floreciam estas nas universidades; as erudições philologicas nos museus e academias particulares: — toda a gloria que se adquiria com as sciencias; toda a illustração que resultava das discussões; e finalmente todo o proveito que procedia das artes era só particular, sem que os seus auctores gosassem dos elogios que obteriam se fossem conhecidos das nações estranhas.

O Sr. D. João 5.^o, magoado com taes considerações, e desejando que no seu abundantissimo reinado florescessem as sciencias e as artes, concebeu o magnifico pensamento de instituir uma academia destinada tão sómente a escrever a historia ecclesiastica e secular do paiz. Era na verdade para lamentar que, á excepção do Agiologio Lusitano do licenciado Jorge Cardoso, obra incompleta e escripta com demasiada credulidade, e a historia dos bispos do Porto, Braga e Lisboa, composta pelo erudito D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, não existissem outras obras que podessem formar parte do corpo da historia ecclesiastica de Portugal. As chronicas particulares das religiões e dos varões illustres, taes como as do padre João de Lucena, Fr. Luiz de Sousa, Fr. Bernardo de Brito, Fr. Antonio da Purificação, Fr. Marcos de Lisboa, &c. posto que merecessem a geral estimacão assim pela variada erudição que nellas se encontra, como pela pureza de linguagem com que são escriptas, não entravam comtudo naquella cathegoria. Emquanto á historia secular, das que havia publicadas umas não estavam completas, e outras, taes como a Monarchia Lusitana, escripta até o reinado do Sr. D. João 1.^o pelo chronista Fr. Manuel dos Santos, precisavam, para ter verdadeiro merito, ser continuadas, e acaso reformadas pela habil e critica penna de Fr. Antonio Brandão. Faltavam alem disso as chronicas de alguns reis, cujos feitos memoraveis ainda a historia não havia dignamente celebrado; convindo reunir em um só corpo, e sob diversa fórma, as differentes chronicas que corriam desannexadas, e muitas dellas só conhecidas dos eruditos.

Em 4 de Novembro de 1720 communicou o soberano o seu pensamento a D. Manuel Caetano de Sousa, clerigo theatino, varão illustre por nobreza de sangue, e pela vasta erudição, que possuia, e o encarregou de lhe appresentar o plano da academia que intentava fundar. A esta commissão satisfiz elle em poucos dias n'um extenso relatorio em que, depois de estabelecer as bases do novo edificio, propunha a *Italia Sacra* de Fernando Ughelli como modelo para a historia ecclesiastica de Portugal.

O conde d'Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes; D. Manuel Caetano de Sousa; o marquez de Alegrete; Martinho de Mello Proença, e o conde de Villarmayor tiveram a primeira conferencia no dia 19 do referido mez na casa de S. Caetano, sobre o modo de melhor se organizar a projectada academia. Varias outras reuniões se seguiram a esta para tratar do mesmo assumpto, até o dia 8 de Dezembro do dito anno, em que se celebrou no Paço da Casa de Bragança a primeira sessão publica, á qual assistiram 34 academicos.

No começo da sessão leu o secretario o decreto de 8 de Dezembro de 1720, que a instituiu, no qual ordenava o soberano que se estabelecesse uma academia para escrever a *historia ecclesiastica destes reinos, e depois tudo o que pertencesse á historia delles e suas conquistas*. Em seguimento proferiu D. Manuel Caetano de Sousa, director, o discurso d'abertura, expondo os fins da associação, e tudo quanto se passára desde que elrei o incumbiu de a organizar. No mesmo dia elegeu a academia uma commissão para formar os estatutos, composta do marquez d'Alegrete, do conde d'Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, e do director, a qual, em sessão academica de 21 de Dezembro, appresentou o seu projecto, que foi approvado, e tambem pelo monarcha, por decreto de 4 de Janeiro de 1721.

Continham os estatutos 10 capitulos, sendo as seguintes as suas principaes disposições:—que todos os annos, no dia immediato ao da Conceição de N. Sr.^a, houvesse sessão ás 3 horas da tarde, a fim de se elegerem por escrutinio cinco academicos para os cargos de director e censores;—que o logar de secretario fosse perpetuo;—que haveria 50 socios effectivos, podendo só, em virtude de ordem de Sua Magestade, ter logar a nomeação de supranumerarios;—que, fallecendo qualquer academico, se lhe elegesse substituto por escrutinio, ficando sujeita a escolha á approvação do soberano;—que se nomeariam os academicos supranumerarios, com domicilio nos differentes bispados e conquistas do reino, que se julgassem necessarios para o progresso dos trabalhos academicos;—que todos os quinze dias haveria sessão, celebrando-se duas sessões publicas annualmente—no dia dos annos do rei, e no anniversario natalicio da rainha;—que o sello da academia consistiria no escudo das armas reaes, tendo por baixo a figura do tempo, preso com cadeas, e na circumferencia este titulo: *Sigillum Regiæ Academiae Historiæ Lusitaniæ*, devendo a empreza ser o simulacro da verdade, como a representam os antigos com a letra *RESTITUET OMNIA*.

A academia distribuiu depois pelos seus socios os trabalhos de que fôra encarregada. Para cada bispado de Portugal escolheu dois membros que lhe escrevessem a historia; sendo commettidos a 21 academicos os trabalhos que diziam respeito á historia secular do paiz. A fim de que podesse consultar todos os manuscriptos antigos, e obter quaesquer informações concernentes ao bom desempenho da sua missão, permittiu-lhe a carta regia de 11 de Janeiro de 1721 extrahir de todos os cartorios do reino os documentos e papeis necessarios para o seu uso; e os avisos de 16 e 18 de Março do mesmo anno lhe concederam tirar do archivo real as copias de que carecesse:—tambem por decretos de 20 d'Outubro seguinte se nomearam *officiaes da reformação* para, no mencionado archivo, apromptarem aquellas copias, revalidando differentes avisos esta determinação, até ao expedido em 30 d'Outubro de 1727.

Foi extrema a benevolencia e zelo do Sr. D. João 5.^o por tudo quanto podia concorrer para o progresso da academia;—pelo que, por decreto de 6 de Janeiro de 1721, a dotou com a prestação annual de um conto de réis, prohibindo alem disso em beneficio da mesma, em decreto de 14 d'Agosto de 1721, que se desfizessem edificios, estatuas, medallas, ou quaesquer outros monumentos da antiguidade, que servissem para testificar a verdade da historia.

No dia 7 de Setembro do indicado anno assistiram pela primeira vez SS. MM. e AA. a uma sessão publica da academia; e nessa occasião orou o

conde d'Ericeira na qualidade de director, mostrando não só as vantagens que daquelle estabelecimento haviam resultar á monarchia, como o estado dos trabalhos que ao mesmo foram commettidos. Em 22 d'Outubro seguinte foi a academia admittida no paço á presença do soberano, e alli o socio marquez d'Abrantes, então director, pronunciou um discurso, offerecendo a elrei a primeira medalha mandada cunhar pela academia. Tinha ella de um lado o busto e o nome de S. M. assim escripto:

Joannes V Lusitanorum Rex.

Do outro lado se representava o monarcha em pé, revestido de purpura real, dando a mão ao simulacro ou figura da historia, para que se levantasse com tão soberano arrimo do abatido estado em que desde longo tempo jazia, dizendo a inscripção:

HISTORIA RESSURGES.

Na parte inferior se notava a epocha da criação da academia coin o distico:

*Regia academiae historiæ lusitanæ
Instituta VI Idus Decembris*

CIDIDCCXX

Ainda que a academia de historia portugueza não satisfizesse cabalmente ao seu programma, porquanto nem compoz a *Lusitania Sacra*, nem as chronicas dos reis de Portugal que promettera escrever; é comtudo indubitavel que as suas investigações litterarias contribuíram efficaçamente para a restauração dos bons estudos, que a sabedoria do Sr. D. José 1.^o e do seu illustrado ministerio posteriormente completára. Verdade é que os trabalhos da academia se reduziram, pela maior parte, ao laborioso exame, e ajuntamento de muitos factos que diziam respeito a diversos ramos da historia, expostos quasi sempre em estylo inchado, que mal se compadezia com a verdadeira elegancia e simplicidade que requerem semelhantes composições; porem nisso só mostraram os homens illustrados de que ella se compunha, que apesar do seu grande cabedal de sciencia, se deixaram arrastar pela moda do seu seculo, em que uma linguagem affectada, escura, e vaãmente pomposa, usurpava o logar da verdadeira eloquencia.

Mas se, emquanto a defeitos de estylo alguma cousa ha que censurar em muitas das producções da academia, o reconhecido merito historico em que abundam, compensam generosamente essas imperfeições. Alem das memorias colligidas em quatorze volumes que alcançam desde 1721 até 1734, e contem mui curiosos artigos de litteratura, escreveram differentes academicos mais quarenta e tantos volumes em que trataram extensa e profundamente de muitos pontos de historia nacional. Que bibliographo deixará de ter noticia da bibliotheca lusitana de Diogo Barbosa Machado? Quem não admirará o genio investigador que presidiu á composição dos vinte e um volumes de historia genealogica de D. Antonio Caetano de Sousa? Porem, nem só estes dois distinctos nomes honraram aquella academia:—os do conde d'Ericeira, D. Francisco, que cantou as façanhas do grande Henrique; D. Luiz Caetano de Lima, auctor da geographia historica de Portugal; José Soares da Silva, que escreveu a historia de D. João 1.^o; o Dr. Alexandre Ferreira, que publicou as interessantes *Memorias e Noticias da Ordem dos Templarios*; Fr. Lucas de S. Catharina; Fr. Pedro Monteiro; o marquez d'Alegrete; D. Jeronymo Contador d'Argote, &c. &c. não lhe deram menos renome e celebridade.

A academia de historia portugueza, depois de alguns annos de existencia, foi pouco a pouco decaindo do seu brilho primitivo. Ou fosse pela ausencia de alguns dos seus mais zelosos membros, e tibieza de outros, ou porque o governo lhe não dêsse já nesse tempo a protecção de que carecia, é certo que raros vestigios se conheciam de semelhante instituição quando a rainha D. Maria 1.^a, aconselhada pelo duque de Alafões, D. João de Bragança, creou a Academia Real das Sciencias, que ora existe.

M. J. M. T.

DAGUERROTYPY.

Já de outro numero do Panorama (*) tiveram os nossos leitores noticia de um prodigioso invento, que sem duvida vai occasionar uma *revolução nas artes do desenho*. Então pouco mais sabiamos do que os effeitos e as experiencias. Hoje que o processo foi divulgado por uma indemnisação [ainda que acanhada] concedida pelo governo francez ao seu auctor, o insigne Daguerre, daremos a este respeito noticias mais circumstanciadas começando por dizer que o nome do inventor ficou associado ao do invento, o qual se lê no titulo deste artigo, advertindo que conhecemos não serem estas linhas a alcance de todos; mas que nos persuadimos que a muitos poderão utilizar para as pôr em pratica. As noções que vamos dar são um resumo das ideas de Arago, exaradas nos *Annaes de Chimica e Physica* do mez de Julho do anno passado.

Os primeiros experimentadores empregaram para a execução folhas de papel impregnadas de nitrato de prata. Um tal Mr. Niepce lembrou-se de fazer uso do betume de Judéa dissolvido no oleo de alfazema formando um verniz que applicou sobre uma chapa metalica: submettendo esta chapa á acção do fogo o oleo de alfazema se dissipava, e só ficava adherente á superficie metalica um pó esbranquiçado. A chapa assim preparada disposta sobre o foco da camara obscura, apresentava quando se retirava sim um imagem — mas confusa e pouco visivel. Entretanto apercebeu-se que na realidade havia na chapa mais alguma cousa alem do que se via, e dedicou-se a indagar alguma substancia propria para tirar o que não conviesse. O primeiro processo que lhe lembrou para conseguir este fim foi uma mistura de oleo de alfazema com o de petroleo. Com este processo obteve resultado; mas ainda pouco satisfactorio. Para corrigir pois o que o projecto tinha de defeituoso lembrou-se depois de misturar o sulfureto de potassa com o iode. Obteve com isto um resultado menos imperfeito, mas que ainda não servia bem: a imagem ficava pouco assignalada e tardava muito tempo a formar-se. Para a fixar Niepce lavava então a chapa, o que lhe fazia perder a sensibilidade.

Neste estado Niepce só julgava o seu descobrimento proprio para copiar e reproduzir grandezas. Entretanto na mesma epocha Daguerre sem conhecer Niepce caminhava a um fim identico por outro caminho — o de empregar um acção phosphorescente. Logo que se relacionaram, associaram-se os dois e Daguerre fez consideraveis melhoramentos nos processos que Niepce tinha ideado. O betume de Judéa substituiu logo o oleo d'alfazema distillado e para o fazer mais liquido e de mais regular applicação, o fez dissolver no ether. Porem deixando de parte o historico em que viria a ponto contar que já n'uma causa em Paris sobre divorcio appareceu por unico documento a effigie de uma mulher casada nos braços de seu aman-

te, apressemo-nos a offerer aos nossos leitores o processo seguinte para poderem fazer uso do Daguerrotipo não obstante os varios aparelhos que exige, e as muitas operações que se requerem. Será possivel que entre nós, com o auxilio d'algum mediano chimico a quem se lerem as seguintes linhas, se consiga pô-lo em pratica e talvez aperfeiçoar.

Toma-se primeiramente uma placa de cobre chapeada de prata desoxidada e limpa com muito cuidado empregando a agua-forte ou o acido nitrico diluido em agua. Expõe-se esta placa assim ao vapor do iode que se fórma em um aparelho construido para este fim. Este vapor gera em cima da chapa uma como pellicula por extremo tenue e sensivel no ultimo gráu, quando se submete á acção da luz. Importa nesta primeira operação que o vapor do iode fórme uma camada ou crusta da mesma espessura por toda a chapa. Este iode que produz o vapor coloca-se no fundo de um aparelho em uma capsula cuberta de um pedaço de gaze metalica.

É preciso ter todo o cuidado de não agitar o aparelho durante esta primeira operação, sob pena de falhar tudo. A chapa vai-se cubrindo tanto mais, quanto mais é o tempo que se deixa exposta a esta acção do vapor do iode.

Convem pois saber-se conhecer quanto basta. Para este conhecimento não se precisa mais do que olha-la á claridade de uma luz [por quanto toda a operação é feita ás escuras] e vendo se a chapa começa de amarellejar, o que é signal infalivel de estar completa a preparação. Feito isto tira-se a chapa do aparelho, tendo toda a precaução de a subtrahir da acção da luz que em um decimo de segundo a alteraria.

Para evitar os raios luminosos Daguerre engenhou um pequeno aparelho accessorio composto de duas tampas de madeira que deixando a chapa dentro se podem fechar hermeticamente. É nesta especie de caixa que a chapa é transportada para a camara obscura, e se colloca no fóco desta ultima. Por um mecanismo tambem engenhoso as duas tampas se abrem e deixam cahir a chapa no lugar da camara obscura. A luz e o objecto que se quer desenhar projectam-se dentro desta ao modo ordinario, e como lá está já no lugar competente a chapa com a pellicula formada pelo iode, é esta que recebe tal projecção. Dentro de 3 a 12 minutos [conforme a intensidade da acção da luz solar] esta segunda operação está acabada.

Tira-se então a chapa, depois de a metter entre as duas tampas de que fizemos menção. Nella vem já formada realmente a imagem, porem ainda não perceptivel: falta-lhe a terceira operação, destinada a fazer então apparecer a imagem. Esta operação é tambem como a primeira feita ás escondidas da luz do dia.

Transporta-se a chapa na competente caixa a outro aparelho em que se expõe [ás escuras] á acção do mercurio á imitação do praticado com o iode e com a precaução de ter inclinada a chapa em um angulo de 45° proximamente, para lhe fazer melhor receber o vapor do mercurio (*): tendo aqui a chapa horisontalmente não sahiria a imagem bem.

Com uma vela accesa se póde ver durante esta operação obrar o mercurio como o mais habil pintor.—Elle attaca com mais força as partes que foram com mais intensidade feridas pela luz; escaçamente

(*) Para esta 3.^a operação basta um calor de 60°, sendo a temperatura do mercurio indicada por uma escailla barometrica collocada no exterior do aparelho e alumiada por uma luz. Quando a escailla barometrica marca 60° tira-se a chapa para a submeter á ultima operação.

(*) Veja o Panorama N.º 94, pag. 54 do 3.º vol.

aquellas sobre que esta apenas rastejou, e deixa intactas as não tocadas. É assim que a imagem avulta, e que se fórman os claros, os escuros, e as *penumbras*.

O objecto unico da operação final é fixar esta imagem impressa na chapa. Basta para isto o conseguir mergulhar rapidamente a chapa no *hyposulfito de soda* e lava-la depois com agua distillada. E quem fizer esta operação tem com toda a fidelidade quantos desenhos de architectura e paizagem quizer, assim como as copias dos melhores quadros de Raphael, com pouca despeza e sem aturar alheios caprichos.

PROCISSÃO DE CORPUS.

Éis a ordem que no seculo 16.^o se seguia com tal procissão em uma das terras de Entre-Douro e Minho, e que mostra os divertimentos daquella idade.

Acompanhavam a procissão as cruces e guiões das irmandades das freguezias, que para isso eram avisadas pelo *juiz da confraria geral*. Seguia-se a imagem de S. Jorge a cavallo com o seu competente acompanhamento de escudeiros e cavallos adereçados á custa dos ferradores. Precediam, 1.^o a dança da *retorta* feita por homens e mulheres mascarados, com seus arcos, acompanhados por gaita de folle, dada pelo juiz da dança. 2.^o A *dança das espadas* com gaita, tamboril e pandeiros, dada pelos ferreiros. 3.^o A *dança dos moleiros* com figuras de homens e mulheres com violas, dada pelos moleiros. 4.^o A *folia*, dada pelos mercieiros e officiaes de sirgaria, e finalmente outra *folia*, dada pelos tendeiros e rendeiros. — Na tarde da procissão devia haver uma corrida de touros, sendo cada marchante obrigado a dar um touro, e os carpinteiros e forneiros a fazer a tapagem do curro.

ANTES porem que vos vades, assim como ouvistes os vossos louvores, ouvi tambem agora as vossas reprehensões. Servir-vos-hão de confusão, já que não seja de emenda. A primeira cousa que me desedifica, peixes, de vós, é que vos comeis uns aos outros. Grande escandalo é este, mas a circumstancia o faz ainda maior. Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos. Se fôra pelo contrario era menos mal: se os pequenos comeram os grandes, bastára um grande para muitos pequenos; mas como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil, para um só grande. Tão alhea cousa é não só da razão, mas da mesma natureza, que sendo todos creados no mesmo elemento, todos cidadãos da mesma patria, e todos finalmente irmãos, vivaes de vos comer. Sancto Agostinho, que prégava aos homens, para encarecer a fealdade deste escandalo, mostrou-lho nos peixes, e eu que prégo aos peixes, para que vejaes quam feio e abominavel é, quero que o vejaes nos homens. Olhae, peixes, lá do mar para a terra. Não, não, não é isso o que vos digo: vós viraes os olhos para os matos e para o sertão? Para cá, para cá; para a cidade é que haveis de olhar. . . . Vêdes vós todo aquelle bolir; vêdes vós todo aquelle andar; vêdes aquelle concorrer ás praças, e cruzar as ruas; vêdes aquelle subir e descer as calçadas; vêdes aquelle entrar e sahir sem quietação, nem socego? Pois tudo aquillo é andarem buscando os homens como hão-de comer, e como se hão-de comer.

Morreu algum delles; vereis logo tantos sobre o miseravel a despedaça-lo e come-lo. Comem-no os herdeiros, comem-no os testamenteiros, comem-no

os legatarios, comem-no os accretores; come-o o medico que o curou, ou ajudou a morrer, come-o o sangrador que lhe tirou o sangue, come-o a mesma mulher, que de má vontade lhe dá para mortalha o lençol mais velho de casa, come-o o que lhe abre a cova, o que lhe tange os sinos, e os que cantando o levam a enterrar; emfim ainda ao pobre defunto o não comeu a terra, e já o tem comido toda a terra. *Vieira. — Sermões.*

JUIZOS PEREGRINOS.

«AGRADEÇO-VOS o Camões, escrevia Voltaire a M. de Vaisne, ainda o não tinha lido todo, e creio que poucos o terão feito.» Que diria Voltaire do sorriso de desprezo de um portuguez que soubesse que elle, antes de receber este obsequio de M. de Vaisne, tinha feito partir Camões para o Oriente com Vasco da Gama, e commettido outros erros tão barbaros! — Alguns annos depois um homem de grande fama, que tinha viajado em Portugal — o celebre Dumourier — que escreveu o *Etat present du Portugal*, escrevia com admiravel affirmativa que Luiz de Camões, valente espadachim e aventureiro desgraçado, tinha composto um poema, e que o tinha intitulado muito sem razão = *As Lusiadas* = só porque elle se chamava Luiz!! De quantos juizos litterarios deste lote não estará o mundo atulhado! . . .

O AZEVICHE.

TENDO neste mesmo numero mencionado o azeviche que se encontra no termo da villa da Batalha; pareceu-nos conveniente dar uma brevissima noticia desta substancia mineral.

O azeviche é uma especie de carvão de pedra, ou antes páu que tem passado ao estado de carvão; cujas fibras estão mais ou menos completamente mudadas por uma substancia bituminosa de que se acha impregnado o pau.

Os caracteres para se conhecer o azeviche são: —

Ser muito negro, principalmente quando está polido.

Ser perfeitamente opaco.

A quebradura é ondeada e brilhante.

O grão é fino e mui unido.

É susceptivel de ser torneado.

Queima-se exhalando ás vezes cheiro aromatico, porem ordinariamente acre e desagradavel.

Lapida-se por meio de uma mó ou rebólo de *grès*, ou pedra de amolar, ou broeira, que se move horizontalmente. Roça-se o azeviche nesta mó, cuja fricção lhe dá o polimento e fórma as facêtas. É necessario molha-lo a miudo em agua em quanto se faz este trabalho. Assim preparado serve para algumas obras, porque para outras ou vai ao tórno, ou é lavrado á lima.

Fr. Francisco Brandão, na 5.^a part. da *Monarch. Lusit.* L.^o 16, refere que em tempo de elrei D. Afonso 4.^o foram cedidas as minas de azeviche, com outras de varios metaes, a Afonso Peres, mercador, e Bernal Furaca, estrangeiro. Masdew na historia critica d'Hespanha diz que o *obsidiano da Lusitania*, que era um azeviche negrissimo e reluzente, se estimava muito pelo seu lustre, e com elle se faziam *camafeus* e outras *alfaías de primor*.

Alem dos sitios, que já mencionámos, no termo da cidade de Leiria tambem se acha muito azeviche. Vide *Collecç. d'Instrucç. sobre Agric.*, &c., public. pela Academia, n.^o 2.